

*Cidadania, opinião pública e meios de
comunicação:
a Argentina dos anos 90*

Isidoro Cheresky

Universidade de Buenos Aires

Resumo

O autor analisa as transformações da representação política, de significado da cidadania e do papel da opinião pública nos processos políticos. Mostra como a opinião pública constituída em torno dos meios de comunicação definiu importantes alterações nas formas de mobilização e participação na Argentina dos anos 90.

Palavras-chave: cidadania, opinião pública, participação política, meios de comunicação.

Abstract

The author analyses the transformation of the political representation, the meaning of citizenship and of public opinion in the political processes. He shows how the role of public opinion established by the mass media produced significant changes in the mobilization and political participation in Argentina in the 90's.

Keywords: citizenship, public opinion, political participation, mass media

Uma política sem sujeito

O termo cidadania ganhou força nos últimos tempos (ZOLO, 1993), particularmente no caso da Argentina. O uso estendido deste vocábulo faz parte de uma renovação na linguagem, ilustrativa de mudanças no regime político, especialmente nas sociedades com tradição populista.

De quais mudanças está dando conta o emprego renovado do termo cidadania? Uma observação dirigida ao que vem sendo questionado ou está em vias de extinção na vida política parece justificar um diagnóstico de crise para o conjunto do dispositivo democrático. A própria representação política que, desde o nascimento do governo representativo no século dezenove transitava pelos partidos e pelas corporações sócio-profissionais, está em mutação. Em lugar do antigo enquadramento encontramos cada vez mais indivíduos “liberados” das atribuições com as quais tradicionalmente se identificavam, as quais são, ao menos em parte, substituídas por um laço virtual que se constrói nos cenários oferecidos pela televisão e por outros meios de comunicação. Neste cenário, uma variedade de agentes procura estabelecer uma relação comunicativa e interpretativa com a audiência. Para muitos contemporâneos esta é a principal, senão exclusiva conexão com a vida pública e política. A representação política nestas novas condições parece ter adotado características distintas das conhecidas e parece ter se ampliado, incluindo em uma relação bastante direta representantes que aspiram ao poder político, junto a outros agentes representativos, no sentido de se encarregarem da interpelação política.

Neste contexto emerge também um forte personalismo, posto que os líderes concentram uma identificação que antes se dirigia, ao menos em parte, às instituições. Contudo, o envolvimento com estas personalidades da mídia não tem o sentido do vínculo que no passado ligava as massas ao líder populista. Os novos cidadãos, longe de adotar identidades permanentes no plano político, freqüentemente escolhem segundo o fluxo dos acontecimentos, o laço “mass-midiático” e instável. Os líderes sustentam uma dependência inédita em relação a uma opinião pública mutante, mas a audiência e os eleitores correm o risco de serem confinados a uma posição passiva e, além disso, não têm uma resposta prática à questão sobre se é possível conquistar um lugar ativo nessas redes comunicativas.

Em sociedades como a Argentina, de tradição populista, a referência à cidadania está ocupando o lugar que se destinava ao povo quando se menciona a fonte de legitimidade. O povo era o ator do qual emanava a legitimidade do poder e era reconhecido por sua alteridade com relação a um adversário com o qual se franqueava uma luta existencial. Este ator, o ator político por excelência, estava dotado de uma vontade considerada constitutiva, isto é, preexistente à competência política que existe entre aqueles que pretendem representá-lo ou dirigi-lo.

Este caráter natural, não construído, aspirado por esta noção serviu para fundar pretensões de legitimidade alternativas às que se justificam pelos procedimentos eleitorais democráticos. Líderes e vanguardas em contextos populistas ou revolucionários estabeleceram relações de representação baseadas não na liberdade política, mas em um saber ou em uma consubstancialidade com a identidade do povo que servia para burlar a expressão livre e formalizada da vontade política. Porém, em contextos mais legalistas, a referência ao povo também foi predominante na época em que as forças políticas se assentavam real ou imaginariamente em uma base social definida.

Por oposição, a legitimidade contemporânea tem sua fonte em uma massa de indivíduos heterogênea com apenas certos atributos formais como condição comum. Esta referência ganha uma forma a tal ponto universal que não é reconhecida como um antagonismo concreto e permanente. As clivagens de grupo e de enfrentamento da cidadania em consequência são transitórias, dado que esta não é em si mesma um sujeito, nem parece gerar sujeitos com pretensão substancial como era o povo anteriormente.

O termo cidadania tem, antes de tudo, a significação de um *status* que alude ao conjunto de direitos garantidos pela lei e em particular aos direitos políticos que estão na base da representação legítima. Neste sentido, a cidadania é uma categoria abstrata que, com o mero requisito da nacionalidade, reagrupa os indivíduos independentemente de suas identidades particulares e os confronta à simples reclassificação de suas preferências políticas, que pode permanecer anônima.

Mas ao dizer cidadania alude-se também aos indivíduos que participam de alguma maneira da deliberação pública e mais especificamente da vida associativa política e político-social. Neste segundo sentido, são cidadãos aqueles que manifestam interesse efetivo nos assuntos públicos, isto é, traduzem uma condição potencial em alguma forma de atividade, mesmo que seja tão somente a de constituir opiniões publicitadas¹.

¹ Quando se considera a cidadania nesta dimensão ativa costuma empregar-se o termo "sociedade civil". Este conceito foi difundido para referir-se ao renascimento da vida pública não estatal nos países do Leste Europeu logo após a queda dos regimes comunistas. E. Gellner, que considera uma visão alternativa ao ideal comunista, o define nestes termos: "A mais simples, imediata e intuitivamente óbvia

Embora o termo cidadania refira-se essencialmente à relação dos indivíduos com a vida política, esta relação está condicionada por dimensões sociais mais gerais. As transformações no mundo do trabalho - transformações tecnológicas, jurídicas e associativas - e a revolução comunicacional - geradora de vínculos sociais virtuais e deslocados - estão modificando significativamente as relações sociais e, nessa medida, condicionam especificamente os vínculos políticos. Porém, essas transformações gerais são apenas condições e, em consequência, não explicam os processos de cidadania que serão tratados aqui.

A cidadania, conjugando sua definição de *status* cidadão com sua consideração como modo de atividade cívica efetiva, define um modo específico de consideração da legitimidade. Neste conceito convergem a idéia democrática de fonte da representação (a vontade popular), que pode ser vista a partir de uma perspectiva individualista (o eleitorado); a idéia liberal de um âmbito onde se desenrolam direitos de índole civil, mas garantidos pela lei (o âmbito da liberdade negativa segundo I. Berlin), e a idéia republicana de atividade cidadã especificamente política, porém não meramente representativa, respaldada por um dispositivo institucional de equilíbrio de poderes (a organização republicana do poder).

Produz-se, então, uma mutação na fonte do poder que tem uma significação mais vasta. A passagem do povo à cidadania vai da unidade e unanimidade a diferenciação e diversidade. Ao reconhecer a primazia dos direitos, retira-se da vontade política toda a pretensão de ser um dado natural e passa-se a considerá-la como uma construção possibilitada pela autonomia dos indivíduos e pelas clivagens deliberativas. Porém, se a cidadania não chega a instituir-se, isto é, se não há a conformação de um espaço público habilitado para sua atividade, tal passagem pode simplesmente conduzir da unidade à fragmentação e da mobilização à passividade. Dado que essa passagem é incerta, ela é vista com desconfiança ou ainda com rejeição, não apenas pelos nostálgicos do comunitarismo popular, mas também pelos que almejam uma sociedade com política no sentido de uma representação crítica de si mesma.

As ressalvas a que a cidadania implique na afirmação da liberdade política se originam nas debilidades da constituição do próprio *status* cidadão, que faz com que certos direitos sejam frágeis ou não estejam assegurados. Este déficit inicial na configuração da cidadania reside nas insuficiências do estado de direito (ver

definição, que tem também uma boa quantidade de mérito, é a de que a sociedade civil é um conjunto de diversas instituições não governamentais bastante forte para contrabalancear o estado, ainda que não o impeça de cumprir seu papel de mantenedor da paz e árbitro dos interesses maiores, pode evitar, que domine e atomize o resto da definição”, em *Conditions of liberty - Civil society and its rivals*, Penguin, 1996. Esta definição insiste na sociedade ativa como freio ao poder do Estado e por isso mesmo dá as instituições um caráter de conjunto unificado.

O'DONNELL, 1998). O hiato entre as disposições constitucionais e o marco legal, por um lado, e a debilidade do estado, a ausência de uma burocracia pública confiável, em particular no plano da justiça e da segurança, e a proliferação de micropoderes particularistas que fazem aqui e ali sua própria lei, por outro lado, é uma primeira dimensão da limitação do *status* cidadão.

Essas limitações do estado de direito são gerais e alcançam a muitos em diversos graus. Porém, pode-se reconhecer uma disparidade entre os que têm o amparo da lei e em consequência gozam das liberdades civis e não tão somente do exercício dos direitos políticos e os que carecem dessas proteções. Esse dualismo está associado à distribuição desigual de recursos econômicos e de poder político, de modo que a eficácia da condição de cidadania permanece ameaçada pela constituição insuficiente das instituições que devem garantir o uso dos direitos.

No outro extremo dos atributos da cidadania, os direitos sociais têm sido consideravelmente recortados, como se sabe, pelo efeito da retração das políticas sociais. Esses direitos tiveram sempre um caráter mais indefinido, e habitualmente não são considerados como princípios constitutivos, cujo respeito ou descumprimento põem em jogo a natureza do regime político, e sim, como guias normativos que não constituem verdadeiramente direitos dos quais cada indivíduo possa sentir-se credor pessoal (direito à educação, ao trabalho, à habitação etc.).

Contudo, as transformações que levaram à extensão da exclusão social e à precarização do trabalho reativaram a centralidade da questão social como objeto das decisões políticas. O reconhecimento da caducidade dos mecanismos de negociação e das normativas com que se promovia a seguridade social foi generalizado, mas a expectativa de que o Estado e as políticas públicas venham a promover alternativas continua a constituir na Argentina e em outros países da região uma referência básica da vida em sociedade². A questão que surge neste âmbito é qual modo de inclusão, não meramente assistencialista, podem pretender os que se vêem ameaçados de perder o "direito a ter direitos"³.

Este enfraquecimento nas bases tradicionais da identidade social favoreceu uma nova lógica de conformação das preferências políticas observada no que ocorre nas próprias instituições políticas.

Precisamente a referência à cidadania tem uma conotação potencialmente mais política do que a alusão ao povo, mas esta referência está associada a um

² Ver mais adiante a informação sobre as atitudes da população argentina comparada com a média latino-americana e dos EUA.

³ Esta expressão que C. Lefort toma de H. Arendt, ainda que lhe dê um uso próprio, alude à idéia de que o pertencimento social está dado pela inserção na vida pública através da pretensão de direitos. Ser cidadão neste sentido é ter "direito a ter direitos", poder fazer um chamado à consciência pública e ter oportunidade de ser escutado. Porém, a exclusão cria essa privação maior a reclamar politicamente, que se produz quando se está próximo de perder todos os pertencimentos, isto é, os lugares mundanos onde pode-se falar e pretender reconhecimento.

contexto geral onde predominam novos termos. Assim, em sociedades de tradição diversa - entre elas a Argentina e outras novas democracias - o “estado da opinião” expande-se como elemento central da nova arena política. Se no passado a elite política estava condicionada em suas decisões pelos sindicatos e pelas corporações - a base social - por uma parte, e pela estrutura partidária por outra, agora se vê liberada dessas estruturas. Não a do poder econômico por certo, pois este reaparece sob uma nova forma: a das restrições da globalização econômica. Porém, a atenção dos políticos deslocou-se para o referencial da opinião pública, completamente onipresente, pois não tem a permanência de interesses das estruturas mencionadas e se revela enigmaticamente pelas pesquisas de opinião. Este estado da opinião costuma cristalizar-se em “opinião pública”, indicando com este termo um suposto ator, na verdade inexistente, mas que configura uma espécie de “democracia direta” ou de vontade ativa⁴. O estado da opinião antecipa as tendências eleitorais em uma vida política cuja substância é cada vez mais a campanha eleitoral permanente.

A opinião pública é perscrutada pelos dirigentes para orientar suas promessas e decisões, e nesse sentido é uma figura central da nova arena. A opinião pública adota a entidade da audiência à qual se dirigem os líderes políticos como objeto de sedução, e a sua outra face é a de categoria mantenedora de opiniões sondada através das medições realizadas por institutos especializados.

A opinião pública tem sido tradicionalmente objeto de controvérsia, posto que sua consistência, assim como sua eficácia em influir nas decisões governamentais, sempre foram objeto de dúvidas (ver ADROGUÉ, 1998). A importância desta categoria em sua significação atual de opinião pública *mass midiática* parece fora de dúvida, mesmo que seu peso pareça variável em cada sociedade.

O que é objeto de discussão atualmente é o significado da centralidade da opinião pública. Certamente, a posição de “audiência dos meios” comporta uma passividade que pode levar a que a opinião, ainda que não possa ser simplesmente manipulada - a menos que acreditemos que os meios de comunicação são efetivamente controlados por um agente que possa regular os efeitos de sua ação, crença esta que deve ser descartada⁵ - possa, de fato, estar submetida a um campo de experiências políticas limitadas e permanecer como fator de heteronomia social. Contudo, a opinião pública *mass midiática* tem também um acesso inédito à informação política e constitui a audiência do espetáculo político interpretado por dirigentes, expostos como nunca à prova de verossimilhança que essa extraordinária visibilidade oriunda da televisão implica. Estas são, certamente,

⁴ Ver Rosavallon, op. cit.

⁵ Verossimilhança da interpretação de Bourdieu sobre o microclima dos periodistas, em *De La Televisión*, Anagrama, 1998.

bases novas para a liberdade política, mas por acaso, podem essas bases se desenvolver, sem um quadro de cidadania mais ampla e mais participativa?

O sujeito popular, enquanto agente da vontade política parece estar definitivamente superado, a menos que imaginemos condições nas quais se produza um retorno a um antagonismo dramático no qual esteja em jogo o próprio regime político. Mas, para a política atual⁶ das sociedades democráticas, a cidadania tem substituído o povo. Esta cidadania não é um sujeito nem real nem eventual, como era o povo, mas sim um espaço de permanentes reagrupamentos. Sua atomização em vontades individuais no momento decisivo dos atos eleitorais é ilustrativa de sua natureza abstrata, quer a consideremos em seu caráter de *status* ou de atividade cidadã.

Inaugura-se assim a possibilidade de uma política sem sujeito, ou seja, sem identidades sociais muito duradouras. Porém, se efetivamente a evolução deu-se na direção da mera existência de líderes individuais e de audiência de massa regularmente figurada em opinião pública por meio de pesquisas, estaríamos nos aproximando do fim da política, porque não é possível imaginar sobre que bases se produziriam as lutas políticas, dado que estas sim reconhecem a dimensão do antagonismo, ainda que não revestido de um caráter substancial. A constituição da cidadania neste contexto implica a possibilidade de focos de iniciativa gerados no espaço público que, junto às instituições plurais e às forças políticas, alimentam uma vida política. A autonomia da cidadania seria a contrapartida e, provavelmente, o complemento ativo da opinião pública.

Genealogia da “cidadania independente”

A expansão de uma nova cidadania evidencia-se na atualidade por uma diversidade de signos que incluem a instabilidade do voto, que faz com que o resultado das eleições dependa, mais do que no passado, do que acontece na conjuntura política e em particular no transcurso das campanhas, e das variações no estado da opinião sobre diversos temas, fato que faz com que a opinião pública seja examinada permanentemente pelos que adotam decisões políticas. É neste sentido tão particular que a referência à nova cidadania está associada à liberdade política. A fonte de legitimidade do poder aparece mais do que nunca indeterminada⁷.

⁶ Para a distinção entre a política corrente e as conjunturas de decisão constitucional ver ACKERMAN, 1993.

⁷ Já em 1983 o triunfo do candidato da UCR à presidência, R. Alfonsín, foi um sinal de "cidadanização" no sentido de crescimento do voto independente, que preparou o resultado então insólito da derrota de um candidato peronista em eleições livres. As eleições internas do *justicialismo* em 1988 foram interpretadas como uma reação **de identidade** dos eleitores peronistas que aderiram às promessas nacional-populares de Menem, mas, por outro lado, para isso tiveram que votar em um "outsider" contra

As transformações que levaram a conformação desta cidadania na Argentina são de natureza variada. O acesso a direitos políticos universais foi resultado de um processo que consumiu boa parte deste século. Por uma parte, sua extensão deu-se por obra da sucessão geracional: a população estrangeira, privada de tais direitos políticos, teve um peso numérico considerável nas primeiras décadas deste século, e somente nos anos trinta, e mais decisivamente no período pós-guerra, a imensa maioria da população ativa chegou a gozar dos direitos derivados da nacionalidade (DI TELLA, 1989). Por outra parte, já mais recentemente, esses direitos foram estendidos à população feminina⁸.

Porém, para além do fato de terem sido constitucionalmente consagrados, os direitos sofreram os constrangimentos de legislações e de restrições de fato. Os anos trinta foram célebres pela fraude eleitoral e pelas perseguições à oposição social. Posteriormente, com o peronismo, estabeleceu-se uma contraposição entre liberdades públicas e direitos sociais que deixou seu traço duradouro na crença e nos costumes populares. Seguindo a mencionada dissociação, a afirmação da vontade foi acompanhada nos primeiros anos do peronismo de uma pauta de limitada garantia aos direitos políticos (exercício formal do direito de voto, porém com impedimentos para a atividade dos partidos e de parlamentares da oposição), e de severa restrição aos direitos civis (em particular à liberdade de opinião de associação de livre acesso e permanência na função pública, das garantias à liberdade das pessoas diante da autoridade do Estado). O discurso vigente estabelecia uma relação entre essas privações e a extensão de direitos para o âmbito econômico-social que produziu grandes benefícios para os trabalhadores. Estes direitos, que inicialmente resultaram da ação sindical retomada pela intervenção do Estado, derivaram finalmente em garantias estatais reguladas pela burocracia sindical e estatal.

a liderança oficial do partido. Esta disjuntiva contribuiu para dissolver valores anti-pluralistas como o de lealdade e para **partidarizar** o movimento. Durante os anos 1990 houve sinais que alentaram a hipótese da independência cidadã, mesmo no período em que predominou o consenso perante a emergência econômica. Diferentes signos tornavam claro que a relação com o governo era mais crítica do que permitia ver o recorrente apoio eleitoral que recebia.

A emergência de uma terceira força - cuja denominação final seria Frepaso - ilustrou nas eleições constituintes de 1994, e o reiterou nas eleições presidenciais de 1995, a sensibilidade do eleitorado mais conectado com a informação política e sua disposição a reconsiderar suas opções partidárias.

O triunfo da oposição coligada na "Aliança" para as eleições legislativas de 1997 poderia ser considerado um fato banal em outro contexto político, mas a particularidade é que tratando-se de um triunfo frente a um governo bem sucedido desmentiu, ao menos parcialmente, as suposições sobre a atração do voto peronista (sobretudo na grande Buenos Aires, mas também em províncias do interior), assim como as conjecturas sobre o comportamento de um eleitor racional guiado por seus interesses econômicos. Uma parte daqueles setores médios que prosperaram durante a modernização conservadora compõem parte do eleitorado opositor. O elemento comum desse eleitorado, certamente heterogêneo, é sua rejeição ao estilo decisivo de governar e à corrupção.

⁸ As mulheres conquistaram o direito de voto em 1947.

A sociedade corporativa que sobreviveu ao deslocamento do peronismo do poder preservou esta lógica que privilegiava as corporações e os acordos entre elas, prescindindo das instituições políticas que foram marginalizadas.

Como contrapartida, o antiperonismo reivindicou as liberdades públicas e as garantias individuais, as quais se pretendia assegurar, quando forças dessa inspiração chegaram ao poder com restrições aos direitos políticos. Logo após a queda do peronismo devido a um golpe de Estado, essa força ficou durante anos em uma curiosa situação de semi-legalidade. Os peronistas, salvo raras exceções, gozavam do direito de eleger, mas geralmente não podiam apresentar suas próprias listas de nomes e seus candidatos estavam impedidos de competir se pretendessem fazê-lo sob outras legendas. Fomentou-se deste modo, um imaginário político segundo o qual a preservação das liberdades públicas requeria precisamente restrições aos direitos políticos e, em conseqüência, a algumas dessas liberdades públicas. O resultado dessa situação foi a instabilidade política e a precária legitimidade dos governos civis que ocasionalmente surgiam de consultas populares. Neste contexto de inconsistência, a própria idéia de direitos se congelou e permaneceu relegada em proveito das lógicas de relações de força que buscavam fórmulas dirigidas ao estabelecimento da própria hegemonia. Durante este período não houve um princípio de legitimidade normalmente admitido e a luta dos partidos/movimento tinha como perspectiva o estabelecimento de um regime político excludente. Durante décadas a experiência comum foi uma universalização de direitos cidadãos ignorada na prática institucional, o que deixaria como saldo uma tendência a considerar o direito e as instituições como máscaras de poderes arbitrários.

A exaltação aos ideais sociais contra os direitos e a ordem política favoreceu a emergência de lutas revolucionárias não-democráticas ou antidemocráticas. Uma perspectiva distinta e crítica destas tradições surgiu nos anos oitenta com a expansão do movimento dos direitos humanos.

A transformação que leva à emergência potencial de uma nova cidadania foi um processo composto de ondas sucessivas e de natureza distinta, mas que esteve fortemente condicionado pela experiência destruidora da ditadura militar estabelecida em 1976. As ondas mais significativas foram derivadas do movimento de direitos humanos nascido sob a ditadura e da transformação da relação com o Estado e com os bens públicos resultante do processo de modernização.

Sob a ditadura militar, surgiu um movimento pelos direitos humanos que mobilizou as crenças políticas dos argentinos e impulsionou sua reformulação. Foram circunstâncias excepcionais que possibilitaram que surgisse uma problemática alheia às tradições dominantes. Esse regime político gerou uma repressão tão inédita que mesmo o emprego do termo parece impróprio, pois banaliza o que aconteceu. O “desaparecimento de pessoas” constituiu uma prática

orientada à remodelação cruenta da sociedade por efeito de um dispositivo que privava o destino das pessoas afetadas da luz pública onde transcorrem normalmente os assuntos humanos. É por isso que a sociedade se viu confrontada a fatos que não chegavam a sê-los, isto é, que não podiam ser percebidos ou eram vistos de forma embaçada, não só porque transcorriam na sombra, mas porque não podiam ser captados, uma vez que faltavam parâmetros para dar-lhes sentido.

Dessa forma os direitos humanos foram reinventados e readaptados ao contexto nacional em resposta a uma circunstância muito específica: restituir pessoas desaparecidas à condição comum, devolver-lhes a identidade e para isso reivindicar os direitos a partir de um ponto básico, o de pertencimento a uma comunidade. O direito à vida descartava a pretensão de que, em alguma circunstância, as pessoas pudessem ser arrancadas da sua existência, e assinalava a criminalidade especial de quem assim procedesse. O direito à vida traçava um caminho de restituição da condição humana para os desaparecidos: o de saber a verdade sobre as circunstâncias de sua subtração e morte.

Os familiares e próximos das vítimas que passaram de gestões privadas a uma demanda pública que interpelava o Estado como garantia de segurança das pessoas, inscreviam-se, por esse modo de atuar, em uma visão distinta da vida em sociedade da que havia predominado até então. Se as tradições “populares” tinham a vontade popular como referência de legitimidade, em compensação, a idéia de um estado de direito era débil ou ausente. O Estado havia sido considerado um instrumento de facções políticas em uma sociedade em que os próprios antagonistas se consideravam inimigos. O direito como um amparo a todos era uma experiência limitada e particularmente incerta no âmbito público.

De modo que o movimento pelos direitos humanos devia inovar no sentido de criar as palavras para constituir os fatos que haviam perdido visibilidade: o desaparecimento de pessoas - o agrupamento das múltiplas subtrações sob esta denominação convidava a considerar a ordem política de modo diferente do habitual. Se a apropriação sobre os corpos era inadmissível porque os seres pertenciam a uma existência da qual não podiam ser privados sem uma lesão decisiva à sua condição humana, então reconhecia-se um terreno sólido para pensar os cidadãos como titulares de direitos que o Estado, ainda que governado pelos militares, não podia ignorar. Esta concepção precisou abrir caminho frente à pretensão marcial, segundo a qual a negação do desaparecimento de pessoas era parte de uma operação mais ampla de perda de sentido, dado que alegava-se que a sociedade havia estado em guerra e na “guerra não há direitos”, o que é como dizer que não há pessoas e que o que acontece não pode ser tratado nem da perspectiva da lei nem do humanismo.

Essa grande transformação abriu caminho através de ações banais, porém heróicas: apresentar recursos legais, evocar direitos civis além dos direitos políticos, e inclusive manifestar-se publicamente desafiando o poder militar. Porém, ao reclamar que o Estado assumisse as responsabilidades próprias de um estado de direito, o movimento emergente estabelecia os direitos como princípios constitutivos da vida pública, independentes do poder. Este segmento social que reclamava direitos se fortaleceu até reverter o isolamento inicial em hegemonia. Deste modo ficou configurada uma experiência de poder social, ilustrativa da capacidade de uma novidade nascida na sociedade em estender-se e conseguir que o curso dos acontecimentos mudasse. Essa experiência instalou a idéia de que os direitos, além de sua consagração legal, são princípios que inspiram a própria vida social, que buscam o Estado como garantia, ao mesmo tempo em que constituem um parâmetro para criticar ou limitar as competências do poder. As bases da vida social se renovaram na medida em que esta experiência ia contra a corrente dos movimentos e instituições populistas dominantes até então. A “Plaza de Mayo”, que desde os anos 40 concentrou as massas como resposta à convocação do líder, converteu-se no lugar em que semanalmente as mães dos desaparecidos, auto-convocadas, faziam sua ronda em um silencioso, e às vezes, explícito protesto perante os governantes.

O movimento pelos direitos humanos teve que lidar não somente com a ditadura mas também com boa parte do sistema institucional e partidos de oposição, esses últimos sensíveis à perda dos direitos políticos, mas relutantes em ver o desaparecimento de pessoas como um marco decisivo, que retirava da ditadura militar o estatuto de mera repetição do ciclo de instabilidade política.

A dinâmica de direitos continuou sua expansão com o estabelecimento de um regime constitucional, levando a que prevalecesse uma legitimidade humanista sobre a legalidade de fato, e que permitiu que leis de anistia fossem anuladas e se iniciasse o processo que culminou com a condenação dos chefes militares. Esse movimento traduziu a independência dos princípios constitutivos do direito com respeito à lógica dos poderes e à razão de Estado⁹. A consciência dos direitos enraizou-se de tal modo que os ecos do desaparecimento de pessoas continuaram através de denúncias e buscas que mantêm atualizada e viva a lembrança do acontecido.

A experiência do movimento pelos direitos humanos deu bases consistentes ao estabelecimento de um regime democrático. O processo iniciado em 1983 não tem o caráter de uma restauração da democracia, mas de uma refundação, precisamente porque foi abandonada parte da tradição em benefício de uma

⁹ Ver a esse respeito, CHERESKY, 1997.

concepção deliberativa e pluralista da democracia, garantida por instituições compatíveis com a idéia de que o Estado é de todos.

Uma segunda onda na conformação da nova cidadania originou-se na experiência de hiperinflação de 1989 e na política de estabilização e modernização da economia e do estado empreendidas no governo Menem¹⁰. Produziu-se uma transformação das relações com o Estado e com a política em uma direção individualista. O que parece incerto é se esta evolução favorecerá um vínculo mais político com as instituições ou o seu distanciamento, bem como uma entrega completa à lógica do mercado.

As reformas econômicas tiveram início quando o governo obteve autoridade suficiente para adotar medidas excepcionais que alteraram a relação do Estado com a economia. Basicamente, o Estado se descomprometeu da gestão dos serviços públicos, bem como das políticas de incentivo a setores ou a regimes particulares. Foi adotada uma lei de conversão monetária que equiparou legalmente o peso ao dólar, permitindo estabilidade e segurança nas receitas, mas restringindo as negociações salariais. As privatizações dos serviços públicos e a abertura da economia ao comércio e aos capitais internacionais trouxeram, de um lado, uma melhora na qualidade de alguns serviços, mas, de outro, geraram desemprego e diminuição na capacidade de controle estatal sobre os serviços básicos gerais. Finalmente, ocorreram modificações na legislação trabalhista orientadas a reduzir as conquistas sociais e, por mais que esta legislação tenha mantido certos privilégios para os sindicatos, avançou consideravelmente na mercantilização das relações trabalhistas.

Essas transformações restringiram a esfera estatal e marginalizaram o papel das corporações em proveito do mercado, porque a idéia de direitos e de cidadania foi reformulada: os direitos sociais não gozam tanto das garantias estatais, mas estão potencialmente politizados, na medida em que sua reformulação está sujeita mais às decisões do parlamento e, às vezes, à interpretação da justiça do que à negociação entre representantes sociais.

As transformações econômicas que promoveram estabilidade e crescimento emergiram associadas à supressão dos direitos sociais, levando a estabelecer-se uma relação necessária entre elas. As conseqüências dessas transformações na população foram contraditórias; de um lado, permitiram um crescimento econômico e estabilidade monetária, embora seus benefícios tenham sido muito desigualmente distribuídos e, por outro lado, a situação dos assalariados em certos aspectos piorou, porque para alguns houve estancamento na renda mensal e um crescimento do desemprego em níveis nunca alcançados no passado. A dificuldade

¹⁰ A distinção entre as medidas orientadas estritamente à estabilização da economia e aquelas outras que comportaram uma reforma estrutural estão tratadas em TORRE e GERCHUNOFF, 1996.

dos atores sociais e políticos em discriminar os diferentes aspectos das políticas de modernização e de propiciar alternativas específicas favoreceu um clima social de atonia. Esse processo transformou profundamente a sociedade, mas esta permaneceu essencialmente passiva sem que emergisse do seu seio novos atores ou novas formas participativas; inclusive, as resistências a essas transformações foram limitadas.

A modernização foi empreendida como uma “revolução de cima para baixo” (PALERMO; NOVARO, 1996) na qual a sociedade traumatizada, mas majoritariamente em acordo com a estabilidade monetária, viu-se submetida a políticas que contrariavam a até então ideologia dominante nos setores populares.

Nesse sentido, o aspecto mais claro da modernização foi a privatização de certos serviços públicos (sobretudo telefonia, gás, eletricidade, ferrovias, e também a companhia aérea) que, entretanto, uma vez efetuada, foi apoiada pela maioria¹¹. Com o tempo percebe-se uma evolução na atitude da população frente aos serviços públicos privatizados, indicadora de uma expectativa em relação ao papel do Estado¹².

O enfraquecimento das formas tradicionais de pertencimento - corporações e partidos políticos - definiu uma reacomodação e desagregação dos atores sociais,

¹¹ A atitude em relação ao papel do Estado parece ter sido muito variável. No início dos anos 1980 os que apoiavam o papel do estado eram em uma proporção claramente majoritária. A afirmação “o Estado deve proporcionar os serviços públicos com tarifas moderadas sem preocupar-se com possíveis perdas”, contou com a aprovação dos 63% dos entrevistados em 1981, 56% em 1982 e 58% em 1986, segundo pesquisas de Ipsa e Sip realizadas em grandes centros urbanos, citadas por Catterberg, E. em “Los argentinos frente a la política”, Planeta: 1989. A política de privatizações, mais especificamente, foi percebida com diferenças consideráveis segundo as conjunturas. Recebeu um grande apoio no momento da hiperinflação, mas a partir de 1992, as opiniões contrárias cresceram e superaram as positivas. Por exemplo, em 1986 as opiniões favoráveis a privatizações alcançaram 29,8%, enquanto as negativas chegaram a 26,3%. Em 1989, ocorre uma virada e os prós chegam a 59,4% enquanto os negativos a 16,4%, isto é, três opiniões a favor para cada uma contrária. Com uma abrupta queda nos anos subseqüentes, as opiniões favoráveis às privatizações alcançaram em 1993 36,4% superando por pouco as negativas que alcançaram 33,3%, (Centro de Estudos União para a nova maioria - CEUNM: Indicadores da opinião pública, dezembro de 1983).

Porém, no ano seguinte, observando os dados de uma pesquisa de novembro de 1994, Rosendo Fraga comentava: “A política econômica tem 38% de imagem positiva e a de privatizações 26%, enquanto a imagem negativa das privatizações é de 35% e a política econômica tem apenas 25%” (Centro de Estudos para a nova maioria – CEUNM: Contexto político e privatizaciones en Argentina, novembro de 1994).

¹² Segundo dados recentes, uma maioria dos argentinos pensa que as escolas (72%), o sistema de saúde (62%), a água (56%), os fundos de pensão (58%), o petróleo (63%), a eletricidade (54%) e a mineração (58%) devem estar em mãos do Estado. Apenas 26% dos argentinos entrevistados mostraram-se favoráveis às privatizações efetuadas, enquanto esta porcentagem é de 34% para o conjunto dos países latino-americanos. Segundo os responsáveis por esta investigação, o descontentamento maior entre os entrevistados argentinos não é tanto com a realização das privatizações, mas sim com a falta de controle do Estado sobre os novos prestadores, (Suplemento *El Espejo de America*, publicado em *La Nación*, 16 de abril de 1998).

a partir do que a referência da cidadania adquiriu uma base mais fragmentária e individualista.

O sindicalismo deixou muito rapidamente de ser um protagonista central da cena política. E logo após a celebração do pacto de Olivos (1993) que permitiu ao presidente Menem candidatar-se à reeleição, o bipartidarismo entrou em crise pela aparição de uma terceira grande força política nacional. A centro-esquerda então emergente, se opôs a esse pacto com argumentos republicanos referentes aos limites da renovação do mandato presidencial. Desde então, a competição política intensificou-se sobre novas bases. De um lado, os temas da concentração do poder, das instituições políticas e da corrupção tornaram-se centrais, substituindo em boa medida as divergências sobre o modelo econômico. De outro lado, a competição foi animada por um sistema multipartidário que tinha como contrapartida uma cidadania cada vez mais independente com respeito às legendas partidárias, flexibilizando as intenções de voto.

A transformação no sistema partidário provocado pela emergência de uma terceira força teve grande influência em estimular a expansão de uma cidadania independente. A própria emergência desta terceira força de centro-esquerda ilustrava a existência de uma disposição prévia de alguns setores em modificar suas possíveis identificações. Esta modificação repentina, dado que a nova força cresceu muito rapidamente, com pretensões de ser a segunda em importância substituindo o tradicional partido de oposição, foi precipitada pela fissura na representação do eleitorado de oposição provocada pela assinatura do pacto de Olivos. A identidade da nova força fundou-se justamente na crítica ao sistema institucional e às falhas na representação que comportava o “decisionismo” do governo e a cumplicidade da oposição do partido radical. Mas esta “reação” ao pacto de Olivos converteu-se em uma presença duradoura que coroou a tendência de vários anos em enfraquecer a clivagem peronismo/ antiperonismo herdada da época em que a existência de movimentos constituía um obstáculo para a afirmação de um sistema político estável. A nova força não apenas não se enquadrava na dicotomia histórica, mas também colocava suas expectativas de crescimento em uma estratégia de “transversalidade”, que pretendia reagrupar líderes e setores políticos sobre suas antigas bases partidárias, inaugurando uma modalidade de circulação política que tornava vulnerável as hipóteses de identificação política permanente e de competição entre organizações.

Um dos fatores que mais incidiu nas transformações mencionadas foi a experiência do “estado de emergência econômica”, uma situação na qual as bases da vida social achavam-se seriamente ameaçadas, permitindo ao governo enfrentar a estabilização e, aproveitando a concentração de poder obtida por circunstâncias

excepcionais, ir muito além iniciando uma modernização que, em circunstâncias normais, teria sido muito difícil de empreender¹³.

Esses acontecimentos incorporaram novos parâmetros para a relação da cidadania com sua representação política. Em primeiro lugar, uma experiência “delegativa” (Ver O’DONNELL, 1992), cuja imposição se viu facilitada pelas circunstâncias. Em geral, os diferentes setores estiveram propensos a resignar suas reivindicações e as forças políticas a atribuir uma autoridade maior ao Estado, justificando um uso concentrado do poder¹⁴. Mas a delegação supõe uma resignação mais ampla do mandato, posto que limita a expectativa de que a política a longo prazo seja a continuação da tradição da força política governante. O laço delegativo, como modo de representação tornou-se evidente na situação de emergência, mas parece destinado a marcar longamente as relações de representação.

Isso ocorreu particularmente para o eleitorado peronista que manteve o “seu” governo quando este começou a praticar uma política oposta às suas promessas e à sua tradição. A partir do momento em que o governo de Menem se afastou de sua promessa “nacional e popular”, recriou sua legitimidade com base em uma combinação entre o reconhecimento por sua capacidade em restabelecer uma ordem mínima com o controle da inflação e a crença de que a política praticada era a única viável dadas as circunstâncias, sem que aparecesse claramente qual seria o curso da ação uma vez superada a situação de emergência. Esta ambigüidade permitiu durante muito tempo que coexistissem o apoio à modernização conservadora e a manutenção de uma ideologia peronista tradicional.

Em segundo lugar, a descoberta dos limites da ação tanto política quanto reivindicativa na função de reconhecer um bem comum. A estabilidade econômica foi paulatinamente valorizada como um bem a ser preservado, prolongando-se deste modo a experiência de patrimônio comum, cujo núcleo fora o reconhecimento dos princípios democráticos em 1983. Essa noção de bem comum possui uma diversidade de matizes, mas consiste essencialmente na admissão de que as políticas de governo devem preservar o sistema e que constituem um limite para as demandas setoriais. A evolução em direção à cidadania encontra apoio também no reconhecimento de que as clivagens e conflitos sociais se produzem no interior de um pertencimento comum nacional. Esta mesma evolução possibilitou que as forças políticas se distanciassem da pretensão de expressar cruamente as demandas sociais na vida política, e que aqueles que o pretendiam fossem vistos com receio.

¹³ Ver a esse respeito PALERMO e NOVARO, 1996 e TORRE e GERCHUNOFF, 1996.

¹⁴ Ilustra o voto das leis de emergência econômica e reforma do Estado consentido por todos os legisladores em 1989.

Por último, embora a relação com o poder seja de natureza delegativa na situação de emergência, revelou-se muito diferente da forte subordinação característica da liderança populista de outrora.

A experiência de relação com a liderança política de Menem foi marcada por uma ambivalência básica que fazia com que o reconhecimento das conquistas da política econômica fosse acompanhado das resistências a este estilo político presidencial. Isso evidenciava-se no fato de que, para muitos setores, não se tratava de um governo que pudesse ser considerado como o governo de todos, não por suas opções de política, mas pelo desconhecimento das regras democráticas: “decisionismo”, pouco respeito pelas instituições e pela divisão de poderes e com um entorno que era alvo de denúncias sobre corrupção. Ou seja, a experiência de cidadania conformada na situação de emergência incluía uma capacidade de discriminar diferentes aspectos da ação de governo, e a suposta premissa que explicava a renovação do apoio popular nas urnas por uma espécie de cinismo¹⁵ generalizado, não se revelou um diagnóstico acertado.

Os novos laços políticos basearam-se em uma recuperação da autoridade do Estado paralela ao enfraquecimento das corporações e da oposição política. Embora o poder econômico concentrado e as agências internacionais de crédito e de monitoração tenham visto seu poder reforçado, o Estado desenvolveu uma certa autonomia¹⁶. Essa autoridade estatal foi acompanhada, entretanto, por um descontentamento quanto à atuação das instituições públicas concretas.

Todas essas tendências concorrem para apontar como característica das novas relações à separação crescente entre Estado e sociedade. De um lado, há o papel reforçado do poder na adoção de decisões com capacidade organizadora e geradora de novas percepções ideológicas¹⁷. É certo que o contexto de crise hiperinflacionária favoreceu a mencionada delegação, porém essa característica parece perdurável e influenciou na tendência de procurar no representante certas qualidades pessoais que o tornem confiável, mais que uma promessa programática.

De outro lado, há a expansão de uma consciência dos direitos “dos anos noventa”, orientada a reclamar sobre os bens públicos quer seja diante do Estado ou diante dos particulares, e que pode adquirir um sentido mais ou menos político. A desconfiança nas instituições produziu uma inflexão na orientação dos direitos. É nesse contexto que se desenvolvem as identificações que favorecem as legendas

¹⁵ Supunha-se que a premissa que guiava o comportamento de muitos eleitores oficialistas dava primazia absoluta à idéia: “rouba mas faz”.

¹⁶ Ver a esse respeito PALERMO e NOVARO, 1996.

¹⁷ A modernização empreendida por Menem seria uma ilustração dessa capacidade ordenada e em certas circunstâncias radicalmente transformadora que o controle do poder de Estado proporciona. M. Mora y Araujo, ao contrário, sustenta uma interpretação societal das mudanças ideológicas “modernizadoras”. Ver *Ensayo y Error*, Planeta, 1991.

mais individuais em termos do usuário, consumidor ou contribuinte, ainda que estas identificações também possam veicular demandas coletivas¹⁸.

Em conseqüência, pode-se considerar que a mencionada independência da cidadania abrange diferentes aspectos. Por um lado, registra-se uma dimensão de desorganização resultante do já aludido enfraquecimento dos pertencimentos. Neste plano, pode se dizer que a política de modernização desenvolvida por um governo peronista pôs em crise a crença na articulação entre o social e o político. As reivindicações sociais são recebidas com prudência no âmbito da sociedade global e foi desenvolvida uma consciência sobre sua diversidade e irredutibilidade. De modo que se está longe da imagem de um povo cujas diferentes reivindicações integram-se e conjugam-se harmonicamente. Esta diversidade irredutível gera um panorama de fragmentação.

É certo que, ao mesmo tempo, a alusão à independência da cidadania está fundada em um juízo autônomo crescente dos indivíduos que tem múltiplas expressões na vida política, uma das quais é a crescente imprevisibilidade dos resultados eleitorais. Mas, se esta independência não é acompanhada por algum grau de autonomia social no sentido da produção de iniciativas deliberativas ou atores sociais, seu alcance pode ser limitado. Daí a própria ambigüidade do termo “opinião independente”, pois revela desprendimento dos laços de filiação, mas, ao mesmo tempo, um estado de passividade tal qual o sentido do termo opinião expressa.

As mencionadas ondas na conformação da cidadania independente geraram uma dinâmica que abre possibilidades diversas, de definição incerta. Foram desenvolvidas potencialidades deliberativas que podem resultar em novas formas de participação política, embora também seja possível a evolução para uma articulação individualista e atomista dos direitos que acentuem o desinteresse nos assuntos públicos.

Para completar o panorama da genealogia da cidadania independente, deve-se prestar atenção às condições presentes da vida pública e, em particular, a conformação em curso de uma arena na qual o papel dos meios de comunicação é crescente.

Os meios de comunicação são cada vez mais o lugar de convergência da vida pública. A credibilidade cada vez maior que lhes é outorgada, em particular ao rádio e a televisão, tem como contrapartida a deterioração da imagem de outras

¹⁸ C. Smolovitz estudou as **demandas** dos cidadãos levadas à Defensoria pública e à controladoria geral comunal. Embora o número de demandas seja limitado, segundo suas conclusões, constata-se uma mudança na percepção do direito dos consumidores, posto que, desde que as empresas de transporte, gás e eletricidade e telecomunicações foram privatizadas, aumentaram as reclamações de consumidores, em *Ciudadanos, derechos y política*, Ágora, número 7, inverno 1997.

instituições estatais e públicas¹⁹. Os meios aumentaram sua credibilidade na medida em que se constituíram em órgãos de informação não-partidários e uma arena de denúncia e deliberação. A sua crescente mercantilização gerou uma procura por melhores índices de audiência sob um emblema de um serviço para o público, a que parece ter favorecido sua “neutralização” política.

A lógica de seu funcionamento parece guiada pela pretensão de seguir fielmente as preferências do público. O público participa das cenas deliberativas por procuração, uma vez que os debates pretendem expressar a diversidade das opiniões sociais e, sobretudo, porque o jornalista ou o comunicador se investe do papel de procurador e agente da representação completa (diversidade) e do esclarecimento da verdade (juízo).

O papel dos meios parece ter crescido paralelamente às falências do sistema político e, em particular, à expansão dos procedimentos de decisão centralizada que retiram as decisões da deliberação pública e do parlamento; e paralelamente a debilidade da oposição política na primeira parte dos anos 90 e ao descrédito das instituições e da justiça (esta última, em particular, para sancionar os atos de corrosão que envolviam altos funcionários públicos e o pessoal de segurança, difundindo um sentimento de insegurança na população). Contudo, o que parece ser chave na expansão do papel dos meios de comunicação na vida pública é o particular clima político que se formou nos primeiros 5 anos da década de 1990 sob a emergência econômica, quando boa parte da população tinha uma relação cindida com o poder: apoio à estabilidade econômica e descontentamento

¹⁹ Enquanto os meios de comunicação têm uma imagem positiva entre 57% da população (12% de negativa), os partidos políticos, o congresso, o poder judicial e os sindicatos têm preferências positivas numa ordem que vai dos 5% aos 7% (dados do Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría - CEUNM), em "*Medios de comunicación y política*", junho de 1997. A imagem positiva dos meios de comunicação aumentou ao longo dos anos 1990. No início deste ciclo, em novembro de 1990, a imagem positiva é de 24,6% e a negativa de 35,9%, em um segundo momento (maio de 1992) as porcentagens são de 42,6% e 18,7% de modo que a imagem positiva era o dobro da negativa. Desde então a medição mostra oscilações, mas sem que se altere substancialmente esta relação positiva. Porém, desde o final de 1994, nota-se uma nova inflexão (novembro de 94) sendo a imagem positiva de 55,2% e a negativa de 19,2%. Desde então esta relação de avaliação positiva dos meios de 5 a 1 se mantêm. Dados obtidos da publicação do CEUNM: "*La imagen de los medios de comunicación*", junho de 1996.

Um estudo mais recente - Latinobarómetro - confirma a alta valorização dos meios de comunicação, posto que 56% confiam algo ou muito na imprensa, enquanto 47% confiam algo ou muito na televisão. Segundo este estudo, a confiança na imprensa e na televisão é mais elevada nos setores de maior nível de escolaridade.

Este estudo também destaca que essa tendência não tem um caráter universal, pois os dados dos Estados Unidos mostram uma atitude inversa da população: confiança nas instituições estatais e menor confiança nos meios de comunicação (em *El Espejo de America*, op. cit.).

Enquanto a credibilidade dos meios pesquisas recentes de Sofres/ Ibope parecem estabelecer diferenças significativas entre estes. As rádios têm um alto grau de confiabilidade, seguidas pelos jornais e finalmente pela televisão. Pesquisa de janeiro de 1998. Agradecemos a E. Zuleta Puceiro a informação ministrada.

com o estilo político. A expressão eleitoral da dimensão crítica foi debilitada, o que provavelmente favoreceu a ampliação do papel crítico do jornalismo. A desconfiança na justiça e o desenvolvimento de técnicas de filmagem oculta dos atos de corrupção facilitaram as investigações jornalísticas espetaculares com denúncias e provas de casos de corrupção. Junto ao eco que se dava à demanda da justiça, produzia-se uma espetacularização adequada aos índices de audiência e para o sentimento de satisfação dos espectadores com os meios. Nos casos judiciais, a televisão desempenhou um papel de difusão da informação (alguns julgamentos foram transmitidos ao vivo) com efeitos de controle público sobre o desempenho da justiça. O mais chamativo foi o acompanhamento do primeiro julgamento aos acusados por um crime no qual estavam comprometidas personagens próximas ao poder, que culminou com a gravação de cumplicidades indevidas entre membros do tribunal, e dada a pressão pública, resultou na renúncia dos magistrados²⁰.

Mas os meios de comunicação apenas atuaram como os olhos vigilantes da audiência neste caso em particular e, em alguma medida, atuaram em outros “como 'partes' do julgamento, procurando provas alternativas, entrevistando possíveis testemunhas, armando julgamentos paralelos e, assim, provocando fatos novos dentro do processo” (BARROS, 1996).

A arena pública com influência dos meios de comunicação está em permanente ampliação. Uma tendência recente é a concentração, em um mesmo espaço midiático, da espetacularização ante a audiência e o registro de sua influência através de formas simuladas de “democracia direta”. À leitura das mensagens da audiência que seguia uma pauta de equilíbrio não representativo foi acrescentado agora o televoto, que tem em si uma pretensão de pronunciamento e de conformação do “estado de opinião²¹”.

Esta atividade multivariada excede amplamente a canalização da informação e estende-se à produção de acontecimentos políticos e de natureza pública. Em particular, a televisão exerce uma influência crescente, pois em seu âmbito se estabelecem regras específicas para os que nela se apresentam, ao mesmo tempo que promove seus próprios agentes como organizadores da vida política que nela se produz. O que ocorre nessa arena permite considerar que estejamos assistindo uma transformação nos laços de representação. Os líderes políticos que aspiram construir laços representativos com o eleitorado para obter posições de poder devem produzir uma espetacularização apropriada de suas

²⁰ Trata-se do julgamento do assassinato de Maria Soledad Morales ocorrido na província de Catamarca.

²¹ Essas expressões, ainda que não prebarracam formalmente ser uma fotografia com margens de erro como são as pesquisas de opinião realizadas pelos institutos especializados, de fato, pretendem ser uma figura representativa e eficaz nos comportamentos políticos. Isso ocorre não só porque os requisitos de rigor das medições de opinião costumam interessar mais aos *experts* do que ao cidadão comum, mas porque suas expressões, se não são forçosamente indicativas das tendências reais, são indicativas da intensidade das opiniões.

mensagens. Contudo, constituem-se também outros líderes sociais, provenientes de âmbitos particulares (juízes, escritores, empresários, sindicalistas), aqueles que por características universais do meio televisivo desempenham um papel representativo geral, de forma fugaz ou duradoura, e obtêm um lucro ao ganhar um lugar na cena pública (que não deixa de ter efeitos em seu poder no âmbito setorial de origem). Neste panorama o papel dos jornalistas e, em especial, dos “grandes comunicadores”, é diferenciado. Estes agentes cumprem uma função organizadora e intervêm simultaneamente na produção de argumentos e, desse modo, conseguem uma relação representativa ou expressiva do “estado de opinião”. Essa função traduz-se em índice de audiência e, em consequência, na reprodução da condição profissional²².

Como se viu, o “estado de opinião” constitui um dado decisivo na vida política. Sua consulta reiterada, recorrendo a sondagens sistemáticas, e sua expressão multiforme pela televisão e pelos meios gráficos, tendem a constituir um pseudo-ator que a cristaliza na “opinião pública” (ver ROSAVALLON, 1996).

A opinião pública não pode ser considerada um sujeito real, mesmo que sua construção por meio das medições antecipe possíveis comportamentos dos indivíduos, como o do voto, o protesto, a recusa no cumprimento dos dispositivos legais etc. Entretanto, ela é introduzida na percepção das forças atuantes como um ator a mais. Os procedimentos regulares de medição têm o efeito de completar o circuito de extensão da arena da mídia aos confins da existência privada, que incorpora o indivíduo como espectador e lhe dá um lugar na audiência. Os elementos ativos são aqueles que se encontram no “set” televisivo ou do rádio ou dos jornalistas que fazem os jornais²³.

Interpretar o papel da opinião pública constituída em torno dos meios de comunicação requer contemplar tendências divergentes. Nos próprios meios se cruzam mensagens contrapostas que requerem certo discernimento do espectador. Entretanto, o espectador é essencialmente passivo, e quando essa é sua conexão exclusiva com a vida pública geral, somente lhe resta, como experiência participativa, a limitada atividade em outros cenários da vida doméstica e de trabalho, pouco deliberativos.

²² Os programas de opinião política de B. Neustad e M. Grondona foram, nos últimos dez anos, ilustrativos do papel da televisão na arena política da tendência de ampliação à representação.

²³ Os meios, principalmente a televisão, os jornais e o rádio, constituem um sistema com funções diferenciadas. O rádio, por exemplo, é muito ativo na produção de notícias políticas através das entrevistas matutinas, do encontro de personalidades ao vivo, etc. Os jornais têm a prioridade na produção de interpretações políticas através de seus colunistas. O que cada meio produz é retomado de algum modo pelo outro. Desse modo, a circulação de informação é também interior ao sistema dos meios.

Por isso, a questão que emerge é saber em que medida a opinião pública será a forma exclusiva ou predominante de cidadania ou, pelo contrário, se é possível que se desenvolvam formas de vida cidadã baseadas em uma deliberação direta e capazes de serem pólos independentes de ativação da vida pública.

Novas formas de atividade cidadã e de mobilização coletiva em uma sociedade fragmentada.

A mudança no mundo do trabalho está resultando em conseqüências significativas para a vida política em todo o mundo. Na Argentina, essa transformação estava já em curso nos anos 1980, porém alcançou um impulso considerável com a política de modernização empreendida por Menem. Dois aspectos se destacam, a exclusão e a precarização do trabalho por uma parte, e a “queda do social” ou o “fim da sociedade corporativa”, por outra²⁴. Ambos têm tido a dupla conseqüência do fato do mundo do trabalho não estar mais no centro da atividade política. O mundo do trabalho, as classes constituídas a partir das relações produtivas, as subculturas nas quais esses grupos sociais se formavam e as organizações setoriais e associativas a ele vinculadas constituíram durante décadas o terreno da vida política. Inclusive, para certas teorias, a vida política não era senão o reflexo da realidade social. A expressão mais indubitável de que o mundo social perdeu a consistência que lhe era atribuída é a de que o sindicalismo tem deixado de ser um grande ator político-social.

²⁴ Trata-se de dois fenômenos distintos, mas convergentes. Quando se trata dos temas sociais, a atenção antes centrada na exploração ou a distribuição dos excedentes obtidos na produção foi substituída pelo combate contra a exclusão. Não se trata mais da desocupação, fenômeno cíclico nas economias capitalistas, mas da privação de trabalho ou da exclusão definitiva do mercado, que vai acompanhada da marginalização cultural e política e da desintegração na vida privada. A possibilidade do crescimento econômico sustentado sem o incremento do emprego ilustra a possibilidade de que se constituam de forma durável duas sociedades economicamente desconexas: uma de produção e consumo, e outra de privação.

No mundo do trabalho, de outro lado, estende-se a precariedade na base das transformações tecnológicas e jurídicas. A imagem do trabalhador confinado a um posto de trabalho no qual permanece duravelmente e em torno do qual se organiza um plano de vida não existe mais. Os novos contratos são geralmente por tempo determinado e, em muitos casos, a realização de atividades tem um caráter pontual que é retribuída por tarefa ou produto. Em todos os casos, se estendem as demandas de polivalência às quais se somam a flexibilidade horária e das condições de trabalho em geral.

Deve-se ter em conta que as transformações as quais aludimos se produzem em escala mundial, mas com variantes significativas segundo as decisões políticas adotadas nos diferentes contextos nacionais. A mobilidade que existe neste mundo e a fragmentação de situações repercutiu sobre a vida sindical que se viu fortemente debilitada no marco mais amplo de “queda do social”. Ver CASTEL, 1995; ROSAVALLON, 1995; GORZ, 1997.

Na Argentina, a desestruturação do mundo do trabalho provocou um retrocesso considerável nos direitos sociais. A antiga dissociação parece manter-se mas, sob o sinal contrário. Embora os direitos políticos incitem a atenção pública e registre-se uma ampliação da cidadania independente, ainda que o marco de garantias constitucionais seja problemático, os direitos sociais tradicionais foram seriamente lesados, sem que se desenvolvessem direitos alternativos em seu lugar. Mas, a pergunta que se coloca é que repercussão pode ter esse retrocesso sobre a expansão da cidadania²⁵.

Ao longo do processo recente de transformação da economia e do Estado, ocorreram reformas na legislação trabalhista que anularam garantias previamente existentes. O sindicalismo foi levado a posições defensivas que não puderam evitar a deterioração da condição dos trabalhadores e, em particular, as demissões, a piora das condições de trabalho e de contratação e a limitação inclusive dos direitos sindicais. Esses últimos foram afetados pela regulamentação restritiva do direito de greve, da limitação dos aumentos salariais (com exceção dos casos de aumento de produtividade) e do enfraquecimento da negociação contratual.

Em compensação, alguns privilégios à estrutura sindical puderam ser preservados através da manutenção dos benefícios sociais na órbita sindical, e pela intervenção do Estado na absorção das dívidas sindicais e concessão de outros privilégios (ver ETCHEMENDI e PALERMO, 1996; MURILLO, 1996), de forma que houve uma erosão na representação existente, mas não a sua destruição. Tomou-se mais em conta os interesses do poder sindical do que os direitos dos trabalhadores vigentes até então, o que permitiu ao governo manter um interlocutor sindical e conseguir que a paz social acompanhasse no essencial o período de reformas cruciais. Porém, teve que fazer mais lentamente outras transformações reivindicadas pelos empresários e organismos internacionais²⁶.

Ao estabelecer-se este pacto implícito com parte da direção sindical, o sindicalismo reivindicativo e de negociação foi substituído pelo sindicalismo de serviços e, até certo ponto, de empreendimentos empresariais²⁷.

²⁵ Esta interrogação esta presente em O'DONNELL, op. cit.

²⁶ A despeito do caráter "revolucionário" de seu governo e da reformulação de alianças que esteve na base de sua política, Menem teve certa dependência em relação ao sindicalismo. Ainda que se produziram reformas obviamente não desejadas pelo sindicalismo, boa parte das que se tinham planejadas não foram levadas a cabo. Isso deveu-se à impossibilidade que prosperou seu tratamento legislativo por obra da presença de legisladores de origem sindical na respectiva comissão e pelo apoio implícito de outros legisladores do bloco oficialista, o que impedia que chegasse à sessão parlamentar. Outros projetos foram modificados (como o do regime de aposentadorias) no tratamento legislativo. Nestes casos, o executivo preferiu não legislar por decreto como o fez sobre outros temas.

²⁷ Ver MARTUCCELLI e SVAMPA, 1997. Estes autores citam o caso do sindicato de empregados do comércio no qual se definiu uma estratégia de ação empresarial. Este novo sindicalismo "procura redefinir o sindicato como prestador de serviços e formador de recursos humanos". A relação dos membros com a Instituição teria se adequado a esta lógica, posto que, por exemplo, o número de

Após ter colocado em xeque o poder político nos anos 1980, a maioria do sindicalismo se adaptou a modernização promovida pelo círculo presidencial²⁸. O sindicalismo não se redimensionou apenas devido às transformações tecnológicas e jurídicas, mas também pelo isolamento sofrido numa sociedade que é cada vez mais relutante às ações gremiais de força e que suspeita que seus dirigentes gozam de privilégios²⁹.

Pode-se considerar que as transformações produtivas, políticas e culturais fizeram com que não fosse mais viável o exercício do poder sindical do passado. Contudo, não é apenas o fato de poder dos sindicatos aparecer questionado, mas também o fato de que o epicentro dos problemas sociais se deslocou para fora do sistema institucional econômico. Os direitos não são mais formulados exclusiva ou principalmente no âmbito da negociação trabalhista (em particular, os que afetam o desemprego e a exclusão social) (ROSAVALLON, 1995).

Nesse sentido, a expansão da cidadania a que se tem feito referência, pode ser também estendida no sentido da ampliação de suas competências: em boa medida, as regulações sociais que antes eram patrimônio das iniciativas corporativas passaram a ser objeto de decisões, ao menos potenciais, dos órgãos políticos e jurídicos: o parlamento, o executivo e a justiça. Ou seja, atualmente, muitas das questões setoriais dependem da representação política para a sua resolução.

Mas o deslocamento dos problemas sociais pode ser a ocasião para um retrocesso e não para uma reformulação dos direitos, como de fato tem sido no caso argentino. Nem as iniciativas institucionais nem as ações coletivas parecem ter sido capazes de orientar-se para novas bases reivindicativas e legais.

A mobilização social geral, cuja persistência nos anos 80 foi ilustrada pelas greves da CGT em oposição ao governo Alfonsín, entrou em decadência, certamente porque o protesto sindical inespecífico (contra a política de ajuste, pela renúncia do ministro da economia) mostrou-se menos factível frente à legitimidade política adquirida com o advento da democracia, e também porque uma consequência da democratização foi o enfraquecimento do imaginário da unidade do povo e das

filiados diminuí enormemente no período entre março e setembro e volta a aumentar com a proximidade das férias.

²⁸ Um setor minoritário da CGT e a central alternativa CTA empreenderam ações de resistência à política trabalhista do governo, porém, o desbaratamento de alguns projetos da legislação trabalhista que resistiu não pode atribuir-se principalmente a estas ações.

²⁹ Em dezembro de 1995, a imagem da CGT era negativa para 60,2% da população e alcançava a 47,7% entre os trabalhadores em relação de dependência 41,4% a considerava regular. Os sindicatos são vistos negativamente por quase a mesma proporção da população (59,6%). Também se manifesta uma resistência considerável a aceitar medidas de força, mas esta é maior entre os trabalhadores em relação de dependência que em um 74,8% respondem negativamente à pergunta: "Está de acordo com que a CGT realize uma nova paralisação?", enquanto esta proporção era só de 52,3% na população em geral. CEUNM, *Imagen de la cuestion sindical*, janeiro de 1996.

reivindicações globais³⁰. A consciência dos direitos universaliza, mas também gera reivindicações particulares, concorrentes.

Sobretudo, a ação coletiva efetuada em termos clássicos de relações de força foi desacreditada. A capacidade de um setor em fazer sentir as conseqüências paralisantes de sua ação coletiva sobre os outros perdeu boa parte de sua legitimidade e não é mais viável como recurso normal. A luta por direitos formulada por um grupo e impelida a recorrer à persuasão, e, dada a centralidade adquirida pelos meios visuais, tem resultado na espetacularização (a “mostrar-se” para ganhar empatia) e em uma argumentação que procura conectar a reivindicação particular com princípios de interesse e legitimidade comuns. Essa prevenção frente às reivindicações coletivas tem suas raízes no fato de que as corporações se definiram nas últimas décadas como alheias e opostas à expressão cidadã. Os dirigentes foram alvo da violência de diferentes tipos nos anos 1960 e 1970, e a partir de então começaram a ser vistos como “burocracia sindical”, isto é, com interesses diferentes dos trabalhadores. Na campanha eleitoral de 1983, um dos mais bem sucedidos slogans lançado pelo candidato Alfonsín foi o da denúncia do pacto militar-sindical e, desde então, a democratização ficou claramente associada à redução do poder dos sindicatos. Esse espírito atravessou a própria democratização interna do justicialismo que empreendeu um processo exitoso de “dessindicalização”.

Durante os anos de reforma da economia, prevaleceu a situação de emergência expressa eleitoralmente no apoio de vastos setores populares à política de estabilidade monetária e crescimento, apesar das conseqüências parcialmente negativas para os trabalhadores.

O panorama da atividade cidadã foi marcado pela evolução de reformas que alteraram profundamente as relações sociais, mas que se estabeleceram com considerável consenso. De fato, pode-se constatar que apesar do declínio da mobilização social e a debilidade da oposição política em estimular reivindicações institucionais, existe uma gama de expressões que constituem vários outros focos da vida pública. Na perspectiva de prestar atenção ao associativismo e à mobilização social pode-se classificá-la do seguinte modo: ação sindical remanescente, ações de protesto social e grupos de iniciativa, pontuais ou permanentes, de grande eco social.

³⁰ Nos anos 1980, com o estabelecimento do regime constitucional, o sindicalismo recuperou um papel central, substituindo por momentos a direção do peronismo no papel opositor. Essa função se debilitou bruscamente com a ascensão de Menem ao governo. O sindicalismo deixou de ter um papel privilegiado dentro do próprio peronismo e foi incapaz de combater a política de modernização conservadora em suas linhas essenciais optando por adaptar-se a esta, mas logrou, ao contrário, manter uma certa situação de poder nas negociações das convenções coletivas e no controle das obras sociais, o que preservava para os dirigentes o controle de volumosos fundos. Ver ETCHEMENDI e PALERMO, 1996; GUTIERREZ, 1998.

O declínio é evidente no campo da atividade sindical tradicional. Desde 1990, sua intensidade vem diminuindo pela metade do que era anteriormente. Os que continuam gerando conflitos são os trabalhadores de serviços, da administração pública e os professores. Estes últimos são os novos protagonistas da mobilização tradicional (ver SCHUSTER, 1998; FARINETTI, 1998).

Houve oito greves gerais durante o governo de Menem, mas sua maioria teve um caráter parcial e algumas ocorreram somente como convocações da oposição sindical. Apesar de estarem, em geral, dirigidas contra a política econômica, após sua realização a direção da CGT voltou à mesa de negociações.

As novas formas de ação que emergiram nos anos recentes são de natureza distinta, pois em boa parte seu êxito esteve marcado pela repercussão nos meios de comunicação, constituindo fatos públicos ressonantes. As ações de protesto social têm sido diversas e incluem mobilizações regulares, como a dos aposentados frente ao Congresso da Nação. Mas a forma de protesto que surgiu nos últimos anos é local e pontual e, às vezes, acompanhada de violência. Houve invasões a casas de governo e outros prédios públicos, mas a forma mais espetacular é o bloqueio de estradas. É um tipo de ação extremamente pontual, desligada de projetos associativos e de conexões políticas³¹. Esses conflitos são claramente defensivos e provocados por situações sociais extremas: reivindicação a pagamento dos salários atrasados, demissões e a procura de soluções em contextos locais com alta taxa de desemprego (às vezes pelo fechamento repentino de estabelecimentos). A proliferação desses conflitos tem sido associada à extensão das políticas de ajuste às províncias e aos repentinos efeitos sobre suas economias após a crise econômica resultante do “efeito tequila”; em 1997, passado o pior momento, a frequência das manifestações diminuiu. Essas ações utilizaram métodos que em outras épocas teriam sido rotulados de “revolucionários”, pela pretensão de produzir efeitos paralisantes sobre o resto das atividades, bem como pelo questionamento do poder legal. Mas, na verdade, tratou-se essencialmente de reações desesperadas, ainda que não desprovidas de significação e, em geral, de atos planejados de busca do espetáculo, para atrair a atenção da opinião pública e dos meios de comunicação, com a convicção de que isto força as autoridades a negociar. Sem a difusão

³¹ “O protesto parece ser mais local e específico tendo pouca possibilidade de transformar-se em uma demanda geral, constituir uma força de luta, resistência ou ação política, construir ideologia ou inclusive interagir regularmente com outros movimentos no país”, Schuster, op. cit. Referindo-se aos piqueteiros de Neuquén, Farinetti afirma: “Estes atores estão longe de qualquer proposta ideológica e desacreditam tanto dos funcionários como das direções políticas e coletivas. Movem-se anarquicamente e não participam de assembléias nas localidades. Estas se realizam ao redor de uma torre, símbolo da atividade petrolífera. Nas assembléias populares participam piqueteiros, estatais, donas-de-casa, conselheiros e legisladores provinciais”. A autora acrescenta: “Em todos os casos analisados de bloqueio de estradas, foi rejeitada a intervenção de partidos políticos e dirigentes sindicais”.

audiovisual, os bloqueios de estradas, geralmente praticados em acessos secundários, não teriam aparecido, nem teriam se popularizado.

Esses protestos são também ilustrativos de certa crise de representação. Nessas situações de emergência social e conflito, os líderes políticos ou associativos não recebem confiança e há resistência aos acordos que estes possam estabelecer; privilegiou-se, em troca, uma espécie de presença direta dos participantes, possibilitada pela visibilidade que os meios de comunicação dão ao protesto, e pela presença dos mesmos atores sem representações formalmente estabelecidas nos *sets* de televisão. Nesse mesmo sentido deve-se entender a propensão a tomar decisões em assembléias locais. Esse aspecto da midiaticização resulta, assim, em um exercício de democracia direta, ainda que por uma via mais ativa que a das pesquisas de opinião, ou outras técnicas de sondagem ainda mais audiovisuais como o televoto.

Finalmente, deve-se prestar atenção a novas formas associativas que conseguiram fazer-se ouvir por sua capacidade de gerar uma sensibilidade cidadã. Trata-se de grupos de natureza diversa, mas que têm em comum a expressão e a forma de uma reivindicação geralmente formulada em termos de “justiça”, em torno da qual obtém uma atividade organizada e constante. É um tipo de ação muito distinta da empreendida pelos “novos movimentos sociais” dos anos setenta, posto que, diferentemente daqueles, trata-se em geral de pequenos núcleos de participantes ativos, com uma organização mínima e que, embora produzam também formas de expressão pública tradicionais como atos, manifestações, reivindicações judiciais etc., seu recurso predominante são os meios de comunicação e duram até a obtenção do objetivo específico proposto.

As avós da *Praça de Maio* empenhadas na procura dos filhos de desaparecidos nascidos em cativeiro têm empreendido uma ação dessa natureza. O sindicato de jornalistas liderou diversos participantes que reivindicaram justiça para o assassinato do repórter José Luis Cabezas. O movimento “Memória ativa” realiza uma concentração semanal em frente aos tribunais nos quais diferentes oradores convidados lembram as vítimas dos atentados à embaixada de Israel e a sede da AMIA, e monitoram o andamento das investigações. Todas essas associações atuam como grupos de iniciativa vinculados por reivindicações de justiça, e propõem-se a uma tarefa de vigilância da cidadania, já que são parte civil em processos específicos. Esses movimentos se encaixam no novo clima cívico associado à emergência de uma cidadania independente.

Existe em geral um clima de protesto difuso que se expressa na proliferação de reivindicações pontuais de justiça, mas que se inscrevem em uma perspectiva similar a das associações anteriormente mencionadas.

Por fim, é pertinente prestar atenção em uma atividade cidadã político-social cuja particularidade é o fato de conjugar características do sindicalismo tradicional com as novas formas associativas: a *carpa blanca* (barraca branca) dos docentes. Instalada na Praça dos Dois Congressos em frente ao Parlamento, por iniciativa do sindicato majoritário dos educadores, Cetera, provocou a espetacularização mais significativa de demandas. Esta ação revestiu todas as ambigüidades de uma transição entre formas tradicionais e novas da ação pública.

No dia 2 de abril de 1997, um grupo de sindicalistas levantou uma barraca de grandes proporções, e alguns deles se instalaram em um recinto improvisado iniciando uma greve de fome. Esta medida, que logo deu lugar a um jejum rotativo, produzia-se em um contexto de tensão resultante de uma greve prolongada dos educadores da província sulista de Neuquén, no marco da qual se produziram bloqueios de estradas e a morte de uma pessoa, em conseqüência da intervenção policial. Os professores iniciaram uma ação solidária sumamente ambiciosa que pretendia que a greve declarada se estendesse ao conjunto dos trabalhadores. Assim, a instalação da barraca estava destinada a abrigar as que jejuavam, com a ameaça de prolongar sua ação e com conseqüências eventualmente dramáticas³², como parte de uma mobilização geral na qual o sindicato dos professores assumia um papel de liderança.

Entretanto, a barraca instalada para uma ação de protesto específica, e inicialmente considerada como uma iniciativa de curta duração, estabeleceu-se de forma duradoura, transformando consideravelmente seu sentido inicial, e resultando em uma cena de sensibilização da opinião e de exibição de apoio social. A convocação efetuada pelos professores variava em suas adesões, mas em termos gerais, deixou de lado a tradicional ênfase nos sindicatos de outros ramos da atividade e nas forças políticas consideradas afins. Com o passar do tempo, a *carpa blanca* seria um lugar de convocação da cidadania, um lugar de testemunho e de encontros dos docentes, sobretudo com personalidades do âmbito da cultura, que testemunhavam publicamente sua simpatia.

Essa mudança na ação é ainda mais notável quando se observa que o sindicato arrastava um conflito de longa duração que desde os anos oitenta promovia greves do setor, algumas de grande duração acompanhadas de mobilizações de rua³³.

A ação em torno da *carpa blanca* guardaria ao longo do tempo uma ambigüidade de sentido. Coexistiria como espaço de solidariedade cívica com a pretensão de convergência da reivindicação social. No plano discursivo, o sindicato

³² A dirigente de Cetera, Marta Maffei, anunciou no começo da ação que alguém poderia morrer em conseqüência do jejum.

³³ Ao longo de um ano e meio de atividades em torno da *carpa blanca*, efetuaram-se também sete greves gerais, mas estas tiveram um caráter complementar.

se ateve a uma proposta populista que denunciava tanto os planos do Banco Mundial como o governo e sua política econômica, tratando de inscrever as demandas no marco da mobilização geral popular. Este discurso se condensa na própria identificação dos professores como “trabalhadores da educação”, designação que parece subestimar o fato de que a popularidade do movimento se deve à sensibilidade da opinião pública com o tema da educação e a idealização dos educadores que são vistos como pessoas investidas de uma missão particularmente relacionada com o bem comum, para o que não recebem os recursos e compensações necessários. A idéia da dignificação dá um caráter específico às reivindicações por uma remuneração justa. A medida em que o movimento coletava solidariedades à reivindicação salarial foi ampliada e re-significada no marco de uma sensibilidade pela falência da política educativa.

A experiência da *carpa blanca* é a de uma reivindicação formulada num contexto de pluralidade de demandas sociais. A “carpa” não se transformou no ponto de convergência de todas as lutas como pareciam sonhar inicialmente os dirigentes - e como talvez previa a central sindical dissidente - CTA - da qual estes são confederados. Em compensação, ocorreu uma certa confluência dos novos agrupamentos cidadãos, em particular os que pedem justiça efetiva e denunciam a violência policial. De todo modo, a *carpa blanca* permaneceu como um espaço das reivindicações dos docentes que se abriu à solidariedade social.

Neste sentido, a *carpa blanca* foi um grande êxito, na medida em que levou a questão da educação ao centro da cena pública, restaurando a sua legitimidade como aspecto essencial das políticas públicas igualitárias. O consenso que se criou na sociedade foi tão amplo que levou o governo inclusive a empreender ações concretas³⁴.

O consenso social obtido foi facilitado pela função equalizadora de oportunidades que a educação tem tido historicamente desde fins do século XIX. Mas a sensibilidade decorrente deste fato foi eficazmente ativada pela espetacularização que a *carpa blanca* promoveu. O “espetáculo” deu-se através de exibição de imagens de doentes em jejum vindos de todo o país, pela adesão de artistas, jogadores, poetas e escritores, e pela presença de equipes de rádio e televisão no interior da barraca, estimulando o debate.

³⁴ Em 1997 o presidente Menem dedicou uma carta pública ao tema educativo prometendo mudar a situação em dois anos. Mais recentemente o Ministério da Educação, que havia promovido um projeto de lei para a criação de um fundo educativo sobre a base de um imposto especial aos automotores, logrou acordar com a Cetera um texto comum que está submetido a tratamento parlamentar. A criação deste imposto especial e em particular uma cláusula que obriga ao governo a compensar uma eventual arrecadação menor que a prevista, provocou a reação adversa do Ministério da Economia. Isto é, finalmente, o governo está dividido frente a estas reivindicações da educação.

O movimento *carpa blanca* se transformou através da ampliação de adesões sociais e tornou-se uma arena autônoma. No plano estritamente sindical, esta ação foi um sucesso, dado que a política educacional estava descentralizada desde 1993. O movimento conseguiu superar a fragmentação de situações locais através da designação de um interlocutor nacional no Ministério da Educação e o governo, que acreditava ter se desvinculado do problema, viu-se forçado a aceitar a nacionalização da questão da educação.

O tema da educação foi amplamente exibido, incluindo questões como a diversidade das situações sociais e a tendência da escola pública pela redução de alunos. Na competição partidária, a política da educação aparece hoje como um objetivo estratégico e é mencionado por quase todos como a dimensão mais significativa de intervenção do Estado. Em torno da educação constituiu-se uma fonte de legitimidade para a ação pública que parece driblar a problemática herança estatal.

A *carpa* foi comparada com a ronda em frente a Casa Rosada que as Mães da Praça de Maio iniciaram durante a ditadura militar reclamando os desaparecidos. As diferenças de circunstâncias e reivindicações são óbvias, mas o paralelo parece pertinente, pois ambas expressam uma forma de ação cidadã inserida numa lógica de direitos que suscita uma disputa no plano da legitimidade, e não das relações de força corporativas³⁵.

Condições de emergência de uma nova cidadania

As condições de uma nova cidadania e as suas formas alternativas podem ser devidamente percebidas no marco da reacomodação da representação política que está ocorrendo. Em termos gerais, pode-se sustentar que o advento de uma nova cidadania decorre do processo de desinstitucionalização, isto é, do enfraquecimento dos laços organizacionais e das identidades adscritas. O partido de massas - que na Argentina teve predominantemente uma modalidade movimentista - caracterizou-se por sua rede territorial e implantação social, que foi a base principal da mobilização e da obtenção de rendimentos eleitorais. Seu recurso decisivo era a militância voluntária baseada em convencimentos ideológicos, que exercia uma espécie de liderança coletiva sobre a sociedade, e permitia ao partido gozar de uma autonomia que se traduzia na seleção de candidatos e líderes sobre a base de critérios próprios. Este partido de massas, que

³⁵ C. Lefort considera as reivindicações de direitos nestes termos: "A apropriação democrática do direito implica na afirmação da uma palavra - individual ou coletiva - que, sem encontrar sua garantia nas leis estabelecidas, ou na promessa de um monarca, fazer valer sua autoridade, esperando sua confirmação pública, em virtude de um chamado a consciência pública", em "*Essais sur le politique*", Espirit Seuil, 1986.

era um recurso decisivo de reprodução da identidade e de formação de um certo tipo de noção de povo, está em vias de desaparecimento³⁶.

A vida associativa não diretamente partidária tem pouca estrutura organizacional e adquire eficácia simbólica constituindo amplos espectros de simpatia e apoio sobre a base de pequenos núcleos militantes, abertos a redefinições identitárias surgidas da relação interativa com a sociedade.

Essas transformações nos parâmetros da cidadania estão condicionadas por uma mudança temporal, dado que o modelo político do governo representativo do século XIX parece não ter mais vigência. A queda do comunismo privou todos os cenários políticos do princípio de divisão que os animava e lhes dava capacidade representativa. A crítica ao capitalismo - denúncia da exploração - e a democracia - denúncia da "ficção" dos direitos universais - constituiu um desafio e uma ameaça que incitou conservadores e social-democratas a elaborar respostas suficientemente convincentes para conservar o poder e defender o regime político.

A crise do estado de bem-estar e o descrédito na intervenção estatal e nas políticas públicas redistributivas acentuaram a decadência dos tempos fortes da política. Mais profundamente, o exercício da vontade política - que na Argentina pareceu ter seu expoente radicalizado na violência armada dos anos 70 - marcou um século de revoluções catastróficas que, sob o emblema da liberação, deram vida a opressões inéditas (FURET, 1995), cujo saldo ao final de um ciclo de experiências foi uma generalizada desconfiança frente à dramatização política e os projetos de mudança social.

O vazio deixado pelo retrocesso da vontade política - tanto de natureza revolucionária como reformista - foi ocupado pelo discurso societário também de natureza diversa. Em tempos de universalização da democracia e de ampliação do mercado, sustentam a conveniência de confiar na espontaneidade dos processos sociais. Esse societalismo, alternativo à intervenção estatal e às regulações públicas, tem como correlato a idéia da substituição da política pela administração governamental. Sobre os interesses e as paixões, costuma-se postular a pertinência do saber como fundamento do poder, o que habilita os técnicos a serem responsáveis pelas decisões do bom governo. De modo que a vida política perdeu sua mola tradicional sem que outra a tenha substituído. A descompressão do velho princípio antagonista não implica necessariamente no fim da política, mas põe em questão suas referências consagradas. Acompanhando o enfraquecimento do

³⁶ Os partidos tradicionais contam com centenas de milhares de aderentes dos quais vota uma pequena proporção, mas que constituem ainda assim um número considerável de pessoas. Mas o laço que os une ao partido não é mais o do passado. A generalização das eleições internas abertas ao eleitorado independente, ilustra a decadência do princípio identitário que caracterizava o partido de massas. Agora prima a busca de consenso social, procura-se refletir as preferências da sociedade no interior do partido por sobre a tradicional vocação de transformar a sociedade, conquistando-a para os princípios partidários.

antagonismo, vê-se emergir uma nova arena política, cujos pilares são os partidos em processo de reconversão e os meios de comunicação, que tornam-se crescentemente âmbitos de produção de acontecimentos políticos.

A liderança política emergente está em acordo com as características da mencionada arena política *mass midiática*. A liderança é personalizada, posto que sua consagração não responde a um processo institucional preciso. Resulta de uma popularidade na opinião pública que a faz eleitoralmente eficiente, e é uma combinação de posicionamentos políticos e atributos pessoais, sendo estes últimos tão significativos que levam a que a imagem pública da pessoa tenha um valor relativamente independente da organização política a qual pertence. Nessas condições, o líder é um candidato - estrela que constitui por sua capacidade eleitoral um verdadeiro centro de poder dentro da estrutura partidária, paralela e superior as instâncias de decisão formais. Esse centro de poder tem maior autonomia em relação à estrutura partidária, na medida em que conforma no seu entorno um *staff* decisório composto por *experts* em governabilidade, opinião pública e meios. Os canais que a televisão oferece e, em menor medida, o rádio e a imprensa escrita, tem uma capacidade de veiculação da mensagem política infinitamente superior à estrutura partidária territorial. As medições de opinião oferecidas pelos institutos especializados tem uma pretensão de rigor que parece inatingível para as percepções que os militantes oferecem. É também nesse sentido que o partido político torna-se um recurso das personalidades dirigentes, crescentemente subordinado aos que obtêm reconhecimento fora da estrutura partidária. Esta cumpre um papel organizativo essencial na competição política, mas do ponto de vista das decisões políticas, está reduzida a um papel essencialmente instrumental. A lógica personalista aqui referida provocou movimentos de entrada e saída: personalidades incorporadas ao partido para ser candidatos e, por outra parte, candidatos que formam partidos para viabilizar suas candidaturas.

As grandes forças políticas estão afetadas em grau diverso por esse processo de transformação. A Frepaso é um conglomerado político com uma liderança sumamente personalista que poderia constituir o arquétipo desse modelo. O peronismo, ainda que seja uma força personalista, tem a institucionalidade própria de um partido de governo e com a herança de poderosas, embora minguadas, estruturas sociais e territoriais. Quanto ao radicalismo, parece ter evoluído para uma fragmentação territorial, mas também com diversidade de líderes políticos personalistas. Ainda que as grandes forças políticas tenham uma estrutura organizativa herdada, parece expandir-se, em paralelo, um partido com as características do novo modelo apontado.

Os parlamentares e dirigentes territoriais giram em torno desses pólos. Opinam, evidentemente, sobre os discursos e as candidaturas, mas dependem desses centros nos quais se constrói a legitimidade política: sua posição institucional depende da capacidade dos candidatos-estrela em obter votos e assegurar uma posição nas listas partidárias.

A autonomização dos dirigentes é possível pelas características da nova arena política. Nela, os meios de comunicação ocupam um lugar central, porque canalizam a informação política e porque se transformaram em espaços de produção de acontecimentos políticos, direta ou indiretamente. O líder político baseia sua popularidade no reconhecimento que obtém neste palco, que se transforma no produtor de *standards* de popularidade e de medições das posições alcançadas pelos competidores.

Porém, nesta arena valorizam-se também dimensões genéricas da popularidade que podem produzir uma inflexão anti-política. Esse é o caso quando a popularidade que se quer transferir ao âmbito da representação política se baseia em qualidades humanas genéricas como a simpatia, ou em valores privados ou capacidades artísticas. Também tem um efeito despolitizante o modo pelo qual a espetacularização simplificou o discurso político (sua duração, sua efetividade, etc.). Mas desta vez, os líderes personalistas se acham expostos a uma visibilidade inusitada, que aparece ao espectador como prova de verossimilhança sobre as características pessoais e as promessas. A imagem das personalidades que a audiência constrói tem uma diversidade de componentes, mas as qualidades pessoais extra-políticas não prevalecem necessariamente sobre os tragos mais vinculados à representação política. Em todo caso, a imagem está menos baseada na promessa programática do que na confiabilidade que gera o dirigente-candidato em sua aparição.

É assim que se constitui uma classe política autonomizada com respeito as suas antigas referências, com recursos de poder mais pessoais, e consciente da nova capacidade de tomar iniciativas.

Entretanto, outros condicionamentos foram expandidos. O mais sobressalente é o que provém daqueles sem pretensão democrática, em particular o poder econômico, que atualmente constitui um limite mais forte para as decisões políticas do que no passado. A possibilidade de um “veto burguês” que estabeleça como condição de acesso o apoio ou, ao menos, o consentimento dos grandes grupos econômicos, pesa sobre a vida política. De um lado, não se poderia governar sem a colaboração do grande capital. Sempre houve um poder econômico com pretensão de impor condições, mas, nas atuais circunstâncias de globalização econômica, sua capacidade de chantagem parece incrementada.

De outro lado, a idéia de um veto do poder econômico está também enraizada no espírito das pessoas. A sociedade argentina, como acontece geralmente com as sociedades ocidentais, está imersa em um amplo consenso econômico-social. Este consenso não apenas alude ao que se poderia considerar a base dos equilíbrios econômicos (economia de mercado, equilíbrio fiscal, não-intervenção econômica do Estado para além de suas tarefas de regulação) mas também se estende para assegurar a paz social aos grandes proprietários, em particular quanto ao congelamento da imposição fiscal, mas também aos compromissos orientados para a desregulação do trabalho. Uma grande parte da população teme as políticas que poderiam ir contra a vontade do poder econômico e isso afeta suas decisões políticas. A lembrança da hiperinflação é recente, e os que a tem mais viva são sensíveis aos prognósticos que evocam o possível regresso a esse passado. Conseqüentemente, a oposição do grande capital constitui um descrédito para qualquer candidato, que se veria ameaçado de perder o apoio da população. Em resumo, os líderes políticos atuam com mais liberdade em relação aos antigos compromissos organizacionais, mas encontram outros limites estruturais e ideológicos para a vontade política.

Quanto à cidadania, ela está fortemente condicionada pela incerteza quanto ao alcance do poder democrático e da soberania, tanto por efeito da visibilidade do poder econômico como do suposto poderio das massas. A debilidade das instituições do Estado e a suspeita de que estas não são independentes do poder político afeta negativamente a vida pública. Os acontecimentos não chegam a se constituir como objeto de deliberação, pois é posta em dúvida a realidade dos mesmos, total ou parcialmente. De modo que estes acontecimentos costumam ser a ocasião para o desdobramento da subjetividade dos jornalistas e de circunstâncias intervenientes, e à opinião pública costuma somar-se à produção da ficção. Esses fatos públicos que deveriam constituir uma realidade confiável para a deliberação mostram-se inconsistentes, o que se agrava por uma antiga propensão a aderir a teorias manipulatórias, que induzem a pensar os fatos públicos como ações instrumentais de resultados controlados. Essa desnaturalização da vida pública constitui um obstáculo adicional, tanto para a formação de julgamentos independentes nos espectadores, como para a possibilidade de emergência de formas ativas de ação cidadã.

Nos últimos anos, algumas formas de intervenção cidadã significativas têm resultado de iniciativas provenientes da classe política. Um exemplo foi o “apagão” de setembro de 1996: apagando as luzes em uma hora predeterminada, as pessoas manifestaram sua rejeição à política econômica governamental seguindo um apelo da oposição. Esse evento foi o equivalente a uma grande concentração devido à quantidade de vontades mobilizadas, sem que as pessoas abandonassem seu lugar. Foi uma ação efetiva, na medida que requeria de cada pessoa um ato visível, ao

menos no seu entorno mais próximo, mas que apenas foi possível pelas circunstâncias *mass midiáticas* que deram visibilidade e, em conseqüência, realidade para todos. A imagem televisiva foi um componente imprescindível para que o acontecimento existisse.

Este tipo de intervenção ilustra a substituição de formas de participação “militantes” por outras de intervenção pessoal mais limitada.

Pode-se concluir que algumas formas de ação tradicional evoluíram para modalidades cidadãos, e que apareceram outras formas de ação pública independente em um contexto de baixa participação tradicional. Outro foco de politização constitui-se dos estímulos institucionais e particularmente, da direção política, de forma que a evolução futura parece depender também de que a vida política ganhe em pluralismo através da confrontação entre projetos de caráter mais antagonico.

Porém, o quadro seria incompleto se reduzíssemos os dilemas da cidadania ao aqui colocado. Centrou-se a atenção na transformação da arena política e sua influência na cidadania emergente. Formulou-se a questão sobre em que medida o papel do cidadão limitar-se-ia à opinião pública passiva e quais as condições para que essa situação fosse compensada por focos autônomos de atividade.

Foi assinalado que ainda persiste uma limitação na vigência dos direitos básicos, em particular dos direitos civis, isto é, que muitos cidadãos “formais” não gozam ainda da proteção efetiva da lei.

Cabe acrescentar que há outras desigualdades de fato - as econômico-sociais - que travam o acesso à circulação política. Ou seja, que uma parte dos que se beneficiam do *status* cidadão, na verdade não podem ou não se propõem exercê-lo, pois sua limitada participação política não responde aos elementos tratados aqui, e sim a lógicas apolíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, B. *We the people*. Havard University Press, 1993.

ADROGUÉ, G. Estudar a opinião pública. Teoria e dados sobre a opinião pública argentina. *Desarrollo Económico*, abril-junho 1998.

BARROS, C. *Meios de comunicação na Argentina: de espectadores a protagonistas da mudança*. CEUNM, maio 1996.

BOURDIEU, P. *De la televisión*. Anagrama, 1998.

CASTEL, R. *Les metamorphoses de la question social*. Fayard, 1995.

CATTERBERG, E. *Los argentinos frente a la política*. Planeta, 1989.

CEUNM - Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría. *Contexto político e privatizaciones en Argentina*, novembro 1994.

_____. *Imagen de la cuestion sindical*. Janeiro 1996.

_____. *Indicadores da opinião pública*. Dezembro 1983.

_____. *La imagen de los medios de comunicación*. Junho 1996.

_____. *Medios de comunicación y política*. Junho 1997.

CHERESKY, I. *La inadmisibile desaparición de personas*. In: CANTÓN, D.; JORRAT, R. *La investigación social hoy*. Ediciones del CBC, 1997.

DI TELLA, T. O impacto migratório no sistema político argentino. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, ano 4, n. 12, agosto 1989.

ETCHEMENDI, S.; PALERMO, V. Conflictos y concertación. Congreso y organizaciones de interés en la reforma laboral del primer gobierno de Menem. *Revista Sociedad*, abril 1996.

FARINETTI, M. *Que queda del movimiento obrero? Las formas de reclamo laboral en la nueva democracia argentina*. Cátedra de análisis de la realidad Argentina - R. Sidicaro, UBA, 1998.

FURET, F. *Le passé d'une Illusion*. Robert Laffont/Calmann Levy, 1995.

GELLNER, E. *Conditions of liberty - Civil society and its rivals*. Penguin, 1996.

GORZ, A. *Misérís du présent. Richesse du posible*. Galilée, 1997.

GUTIERREZ, R. *Renovación, desindicalización y neoliberalización del peronismo*. Instituto Gino Germani, 1998.

LA NACIÓN, 16 de abril de 1998. Suplemento El Espejo de América.

LEFORT, C. *Essais sur le politique*. Esprit Seuil, 1986.

MARTUCCELLI, D.; SVAMPA, M. *La plaza vacia*. Lozada, 1997.

MORA Y ARAÚJO, M. *Ensayo y Error*. Planeta, 1991.

MURILLO, V. Los sindicatos frente a la reforma del Estado en Argentina y México. *Revista Sociedad*, abril 1996.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa. *Cuadernos del Claeh*, n. 61, 1992.

_____. *Polyarchies and the (un)rule of law in Latin America*. In: MENDEZ, J.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (ed.). *The rule of law and the underprivileged in Latin America*. University of Notre Dame Press, 1998.

PALERMO, V.; NOVARO, M. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Ed. Norma, 1996.

ROSAVALLON, P. *La nouvelle question sociale*. Seuil, 1995.

ROSAVALLON, P. *Le nouveau travail de la representation*. Esprit, Fevrier, 1996.

SCHUSTER, F. *Social protest in contemporary Argentina: Is there anything new?*. 1998. Mimeo.

SMOLUVITZ, C. Ciudadanos, derechos y política. *Ágora*, n. 7, inverno 1997.

TORRE, J. C.; GERCHUNOFF, P. La política de liberalización económica en la administración de Menem. *Revista Desarrollo Económico*, 1996.

ZOLO, D. La ciudadanía en una era postcomunista. In: HELD, D. *Prospects for democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

Tradução e publicação autorizadas pelo autor.
Tradução do original em espanhol de Elsa G. Schusterman de Cencig.